



## EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DA CRISE NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL:

lutas resistências sociopolíticas e movimentos transnacionais

**Alba Maria Pinho de Carvalho<sup>1</sup>**  
**Eliana Costa Guerra<sup>2</sup>**  
**Rejane Batista Vasconcelos<sup>3</sup>**  
**Fernando Marcelo de La Cuadra<sup>4</sup>**  
**Ricardo da Silva Kaminski<sup>5</sup>**

### PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA

A proposta de análise assume como pressuposto a natureza estrutural da crise do capital na contemporaneidade, concebendo-a, assim, como uma crise em curso, com permanentes desdobramentos e deslocamentos na temporalidade histórica do capitalismo, no século XXI. A rigor, esta crise, que marca o tempo presente, é grave e profunda, com raízes fincadas nos novos padrões de acumulação e de valorização do capital, produzindo formas abstratas, sutis e polifacetadas de dominação, a espalhar-se por toda a vida social, minando as condições fundamentais de sobrevivência humana e do planeta. Trata-se de uma crise civilizacional a expressar a insustentabilidade do modo de funcionamento do capitalismo, produzindo um mundo social dominado pela expansão destrutiva da lógica do capital, em detrimento da lógica das necessidades humanas.

Neste cenário de crise no século XXI, vivenciamos um duplo movimento: por um lado, permanentes deslocamentos do capital no âmbito de setores da economia e de espaços geográficos, na simbiose entre novas formas de domínio e reedição de modalidades tradicionais de exploração do trabalho. A intervenção efetiva do Estado, agora, é legitimada pelos ideólogos do capitalismo, nos marcos de um nekeynesianismo. Os

<sup>1</sup> Doutora. Professora da Universidade Federal do Ceará (UFCE) / Departamento de Ciências Sociais. Coordena a Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina – RUPAL. E-mail: albacarvalho@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: elianacostaguerra@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutora. Professora da Faculdade Metropolitana de Fortaleza – FAMETRO e integra o corpo docente do Mestrado de Avaliação em Políticas Públicas da UFC – MAPP. E-mail: rejanebvasconcelos@gmail.com.

<sup>4</sup> Estudante de Pós-Graduação. Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, bolsista do CNPq.

<sup>5</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará (UFCE). E-mail: ricardoskaminski@gmail.com



detentores do capital e os trabalhadores são confrontados à ineficácia das medidas institucionais de enfrentamento da crise. A questão social complexifica-se, encarnando uma precarização estrutural do trabalho. Por outro lado, emergem múltiplas manifestações de indignação, a gestar movimentos e formas de resistência, redefinindo o campo da política. Tais movimentos instigam-nos a refletir sobre a organização social, mobilizada pelas mais diversas causas, colocando em pauta as configurações contemporâneas da luta de classes.

A proposição analítica, que ora apresentamos, circunscreve dois eixos fundantes a serem trabalhados em distintas abordagens reflexivas, contempladas nesta mesa. O primeiro refere-se às expressões da crise do capital, focalizando três fenômenos contemporâneos: 1) a precarização estrutural da força humana que trabalha, com a emergência do precariado; 2) a questão urbana e a crise ambiental; 3) a radicalização da violência como forma de sociabilidade no sistema do capital em crise. O segundo eixo compreende reflexões acerca das lutas e da rede de movimentos transnacionais que se desenvolvem atualmente no enfrentamento do sistema do capital, enfatizando as resistências sociopolíticas e os tensionamentos no contexto europeu, norte-americano e, em particular, as lutas e formas de resistência na América Latina e no Brasil.

Em verdade, nos últimos trinta anos perversos do capitalismo global, afirma-se a universalização da proletariedade, como condição existencial de homens e mulheres, que vivem sob a ordem burguesa, configurando uma camada social de classe que se amplia e ganha visibilidade nos países capitalistas centrais: o precariado. Referimo-nos a milhões de trabalhadores jovens-adultos, com alta escolaridade, desempregados ou inseridos em contratos precários de trabalho, a transitar de uma ocupação a outra, quase sempre com baixos salários, sem projeto de vida e perspectiva de futuro, concentrados especialmente nas zonas urbanas e nas grandes metrópoles. Na América Latina e, em particular, no Brasil, o precariado se constitui como fenômeno do tempo presente, assumindo configurações específicas, a agravar o quadro histórico de vulnerabilidade do trabalho.

Nestes tempos de mundialização financeira e de crise estrutural, as metrópoles e grandes cidades destacam-se na cena contemporânea, por um lado, como espaços privilegiados dos centros de comando e de decisão das grandes corporações



transnacionais, a dominar os espaços nacionais e a interferir na dinâmica de reprodução do capital e, por outro, como espaço de luta cotidiana pela sobrevivência, mobilizando centenas de milhares de trabalhadores, com destaque para o crescente contingente de “população sobrando”, supérflua para o capital. No espaço urbano, acirra-se a luta de classes, expressa nas diversas formas de apropriação e de uso de suas porções já edificadas e na especulação de áreas em valorização. Igualmente, no espaço urbano ficam impressas as marcas da expansão destrutiva do capital: nos desastres e catástrofes socioambientais; na disseminação de doenças inerentes à civilização do consumo; nas “vidas ao léu” de trabalhadores que têm nas ruas seus espaços de vida, trabalho e sobrevivência; na segregação socioespacial e nas modalidades de apartação ante o medo crescente e generalizado que marca nosso tempo histórico.

A rigor, a violência, constitui uma mercadoria na civilização do capital, sendo, portanto, dimensão constitutiva do sistema produtor de mercadorias que, sem limites e sem controles, tudo submete à expansão da “lei do valor”. A violência, em orgânica e intestina vinculação com toda e qualquer expressão de desigualdade social, constitui o amálgama do sistema do capital, como “contradição em processo”. As múltiplas formas de violência reproduzem-se e expandem-se a perpassar a vida social na contemporaneidade, colocando em questão ideias fundantes da ética democrática: igualdade, liberdade e justiça. Neste sistema do capital em crise, nenhum espaço encontra-se imune à lógica da violência, comprometendo a vida humana, nos mais diversos lugares do mundo, especialmente, nas aglomerações urbanas, atingindo sobremaneira os que habitam as “periferias da vida”.

Com efeito, na alvorada da segunda década do século XXI, nas grandes metrópoles europeias e norte-americanas, as ruas e praças viram surgir a possibilidade de um novo tempo: “primavera dos indignados” a ocupar e reinventar a política e a ágora contemporânea. Diante das graves consequências sociais, econômicas, ecológicas e culturais das crises e incertezas atuais, gerações de jovens-adultos questionam, em seus fundamentos, o lugar dos sujeitos políticos e das instituições democráticas que atuam em nome do capital. Uma nova cultura vem emergindo em “rizomas” sociopolíticos e em



constelações de grupos heterogêneos, articulados em redes transnacionais contra o sistema de poder e de dominação do capital.

Na América Latina, ao final do século XX e primeira década do século XXI, vivenciam-se lutas emancipatórias, fundadas em movimentos sociais que viabilizam a chamada “virada à esquerda latinoamericana”. Contrastando com esses movimentos, constitui-se uma contraofensiva do bloco hegemônico do capital, tecendo o fenômeno cunhado como “América Latina bipolar”, a desafiar-nos a uma ampliação de quadros analíticos.

Em sua dinâmica expositiva, a mesa, constituída por cinco expositores, propõe-se a trabalhar os seguintes fenômenos, circunscritos nos dois eixos analíticos acima formulados:

- Precarização estrutural da força humana que trabalha e emergência do precariado
- A questão urbana e ambiental em tempos de crise
- Radicalização da violência como forma de sociabilidade no sistema do capital em crise
- Lutas e redes de movimentos transnacionais no contexto europeu e norteamericano
- Lutas e formas de resistência na América Latina e no Brasil.



## PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL EM CRISE: o precariado como enigma contemporâneo

Alba Maria Pinho de Carvalho<sup>1</sup>

**RESUMO:** No contexto da civilização do capital em crise, este artigo enfoca a precarização estrutural do trabalho, a expressar uma nova morfologia laboral. Demarca a universalidade da proletariedade, a gestar o precariado como uma camada social da classe trabalhadora que se amplia e ganha visibilidade nos países capitalistas centrais. Configura esta camada precarizada de trabalhadores na articulação entre faixa geracional, grau educacional e forma de inserção no trabalho e no mundo social. Questiona a força emancipatória das lutas desse precariado. Sustenta como via de estudo que o precariado está a desenhar-se no cenário brasileiro. Afirma ser o precariado um enigma contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proletariedade. Precarização do Trabalho. Precariado. Enigma. Contemporaneidade.

**ABSTRACT:** In the context of the civilization of capital in crisis, this article focuses on the structural precariousness of work, expressing a new morphology of labor. Demarcates the universality of proletarianity to gestate the precariat as a social stratum of the working class that expands and gains visibility in the center capitalist countries. Set this layer of precariatized workers in relationship between generational age, educational level and type of participation in work and social world. Questions the power of emancipatory struggles that precariat. Holds as a path of study that precariat are drawing on the Brazilian scene. Claims to be the precariat an contemporary enigma.

**KEYWORDS:** Proletarianity. Precarious Work. Precariat. Enigma. Contemporaneity.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Ceará (UFCE). E-mail: [albacarvalho@gmail.com](mailto:albacarvalho@gmail.com)



## 1. À GUIZA DE INTRODUÇÃO

Nos circuitos da História, nas duas últimas décadas do século XX, na primeira do século XXI e limiar da segunda, o sistema do capital está a vivenciar um processo de aceleradas mutações, marcado por um desenvolvimento da ciência e da tecnologia sem limites e sem controles, apartado das necessidades humanas e desconectado da ética da sustentabilidade e do cuidado. É a civilização contemporânea do capital, a encarnar a sua nova temporalidade histórica, no âmbito de uma dupla demarcação: um novo momento no desenvolvimento do capitalismo, nos marcos da mundialização com dominância financeira; momento de explicitação da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Neste contexto de transformações, crises e riscos, constitui-se o mundo social dominado pela expansão da lógica do capital, em detrimento da lógica das necessidades humanas. A rigor, esta lógica de expansão do capital não tem limites e controles e, precisamente, nesse momento contemporâneo do capitalismo, acentua e agrava a sua tendência destrutiva, não poupando nada, nem ninguém, a minar as condições fundamentais de sobrevivência humana e a colocar em risco o planeta Terra. O sistema parece atingir o limite de suas contradições, colocando em questão o futuro do próprio capitalismo e seus permanentes deslocamentos. Como bem sinaliza David Harvey (2011), em tempos de crise, torna-se evidente a própria irracionalidade do capitalismo.

É o desenvolvimento do sistema do capital, como “contradição em processo”, a encarnar a paradoxal “crise do valor” que ganha visibilidade nas configurações do novo metabolismo laboral, enfatizando a precariedade estrutural como dimensão constitutiva no processo de mercantilização do trabalho, nesta temporalidade histórica do capital, no século XXI. Esta precariedade contemporânea tem impactos nas configurações da morfologia social do trabalho e na vida cotidiana do homem-que-trabalha (ALVES, 2012b).

Este novo momento do capitalismo, do final do século XX e limiar dos anos 2000, nos marcos da expansão ilimitada e destrutiva do capital, sustenta-se em uma mistificação ideológica que conduz ao extremo individualismo e ao imobilismo, operantes na vida social. A rigor, a própria lógica que preside o desenvolvimento capitalista, qual seja, a lógica da concorrência do mercado, do produtivismo impõe-se, cada vez mais,



como ideologia dominante (HARVEY, 2011). É o predomínio de uma cultura do mercado, da produtividade e da descartabilidade. Assim, materializando a dinâmica expansionista ilimitada do capital, institui-se a “cultura do descartável”, a espalhar-se na vida social, reconfigurando as formas de sociabilidade contemporâneas: descartabilidade de objetos, de relações, de pessoas e, especificamente, de homens e mulheres trabalhadores(as).

## **2. PRECARIZAÇÃO DA FORÇA-HUMANA-QUE-TRABALHA: MARCO HISTÓRICO DO TEMPO PRESENTE**

Hoje, sem paralelos em toda a era moderna, acirra-se, na civilização contemporânea do capital, a contradição circunscrita por Marx, nos Grundrisse [1857-1858] (2011): a crescente substituição do “trabalho vivo” de homens e mulheres pelo “trabalho morto”, objetivado nas máquinas. De fato, com a mediação da ciência e da tecnologia, o sistema do capital prescindiu da presença física e do próprio “saber” e do próprio “fazer” do trabalhador. Gesta-se, desse modo, o crescimento e a ampliação da precariedade laboral, materializada no desemprego e nos múltiplos processos de precarização, a alastrar-se no conjunto da classe trabalhadora, em seus distintos segmentos e diferentes categorias profissionais. É a precarização estrutural do trabalho como forma de dominação contemporânea, neste novo momento do capitalismo.

Cabe destacar que, no chamado capitalismo periférico, no âmbito dos processos mundiais de acumulação, particularmente no Brasil, a precarização laboral não é um fenômeno novo, caracterizando a sociedade urbana industrial desde as suas origens. No entanto, nos últimos trinta anos e, de forma peculiar, no século XXI, este fenômeno histórico assume novas configurações e expressões, difundindo-se no interior do capitalismo global, nos mais diferentes contextos, sobretudo a partir da deflagração da crise estrutural do capital, no final da primeira década dos anos 2000.

Incidindo o foco analítico na precarização estrutural, nos marcos do sistema do capital na contemporaneidade, Graça Druck (2009), no intuito de captar, com mais precisão, modalidades de precarização em curso no mundo do trabalho, categoriza cinco tipos que delineiam vias de investigação: precarização das formas de mercantilização da



força de trabalho; precarização da organização e das condições de trabalho; precarização das condições de segurança no trabalho; precarização das condições de representação e de organização; precarização do processo de construção das identidades individual e coletiva.

Adentrando nesse denso e vasto mundo precário do trabalho, em suas reconfigurações no contexto da civilização do capital em crise, Giovanni Alves (2012a) circunscreve uma fecunda via analítica, ao demarcar, como um fenômeno contemporâneo, no decorrer dos “trinta anos perversos” de capitalismo global (1980 – 2010), a universalização da condição de proletariedade, como condição existencial de homens e mulheres que vivem sob a ordem burguesa nesta nova temporalidade histórica do capital, configurando uma camada social de classe que se amplia e ganha visibilidade nos países capitalistas centrais: o precariado.

Quem é este precariado e como se circunscreve no cenário contemporâneo na condição de uma camada social de classe? É esta uma questão preliminar a remeter a uma descrição de atributos de vida, a uma configuração de traços históricos no plano da existência social. Senão vejamos!

São milhões de trabalhadores jovens-adultos com alta escolaridade, desempregados ou inseridos em contratos de trabalho precários que transitam de uma ocupação a outra, quase sempre com baixos salários, sem projetos de vida e perspectiva de futuro. É uma multidão de jovens proletários assalariados, vinculados a camadas médias, com níveis elevados de qualificação profissional, entrando e saindo de empregos precários, a viver em situação de insegurança econômica e social, sem identidade ocupacional, sem garantia de direitos e tomados pelo sentimento de ansiedade perante o futuro. É uma camada da classe trabalhadora em construção, a vivenciar a precarização do trabalho e da própria vida, precisamente nesta articulação contemporânea entre faixa geracional (jovens-adultos), grau educacional (alta escolaridade) e forma de inserção no trabalho e no mundo social (precarizada, instável e insegura). É uma “coletividade de despojados”, sendo identificados, no caso da “Geração à Rasca” de Portugal, como a “Geração Sem-Sem”: sem trabalho, sem casa, sem acesso a direitos... ou, então, como





os “Indignados”, na Espanha, como a “Geração Ni-Ni”: ni estuda, ni trabaja...” (CARVALHO, 2012).

Ser precário, neste mundo do trabalho flexível, instável, marcado pela liquidez e pela radical insegurança, é ter um futuro continuamente hipotecado, com a impossibilidade de fazer planos, vivendo imerso no “dia-a-dia”, no “aqui” e no “agora”. Em verdade, tem-se em curso um novo modo de controle sociometabólico do capital, operando fraturas salientes na experiência do tempo social, fazendo emergir o fenômeno da “presentificação crônica” que atinge fortemente o precariado. Milhões de trabalhadores jovens-adultos, vivem numa espécie de presentismo contínuo, sem uma relação orgânica com o passado público de época em que vivem e sem perspectiva de futuro.

Assim, o precariado configura-se em grupos de juventudes frustradas e revoltadas que se disseminam mundo afora, sobretudo nos países capitalistas globais, nos circuitos da crise, unificados pela insegurança, pelo medo, pelo risco e desencantamento e pela indignação a expressar-se de forma crescente. Como camada em expansão do “proletariado precarizado” (BRAGA, 2012), encarna o perigo, nomeado por analistas, como “bolha educacional”: milhões de jovens-adultos, com níveis elevados de qualificação profissional, que tiveram seus sonhos de inserção salarial frustrados pela nova morfologia social do trabalho no capitalismo global, encarnando a “frustração com a educação” na medida em que o nível educacional não mais se constitui garantia de inserção no mundo do trabalho.

Em verdade, este precariado é uma expressão peculiar, no contexto das juventudes, do crescente contingente de trabalhadores supérfluos – a chamada “população sobrando” a tentar equilibrar-se no “fio da navalha” das exclusões e inclusões precárias – gestado pelo sistema do capital que, em suas contradições constitutivas, nesta sua nova temporalidade histórica, atingiu um estágio em que é necessário expulsar centenas de milhões de homens e mulheres do próprio processo de trabalho. De fato, o sociometabolismo do capital revela-se incapaz de incluir essa população descartável, condenando, assim, amplos contingentes de trabalhadores à redundância social. E o tornarse supérfluo para juventudes, na condição de um “exército global de excedentários”, imersos na insegurança do presente e sem perspectivas de futuro, constitui uma enfática



autocondenação do próprio sistema do capital, desvelando a natureza estrutural da sua crise (MÉSZÁROS, 2009).

### 3 PRECARIADO: AFINAL, DO QUE SE TRATA?

O precariado, a mundializar-se, ganha visibilidade no cenário contemporâneo, afirmando a sua condição de proletariedade, na sua luta por reconhecimento, com formas peculiares de expressão pública e de questionamentos ao capitalismo global e à política institucionalizada. Assim, circunscreve-se um dilema emergente do nosso tempo, a abrir um campo de discussão e de investigação. Questiona-se o que, de fato, este precariado constitui no interior da civilização do capital, na condição de um segmento social global em consolidação: uma nova classe social emergente ou uma camada social da classe trabalhadora proletariada?

Entendo não tratar-se de uma classe social emergente, conforme a postulação de Guy Standing (2011). Trata-se, sim, de uma camada social da classe do proletariado, a manifestar a sua ampliação como classe social universal, como sustenta a interpretação marxista de Giovanni Alves (2012a). É importante demarcar, como via investigativa, que este precariado, constituído por trabalhadores assalariados jovens-adultos, no contexto da mistificação ideológica que sustenta a civilização do capital, encarna a invisibilidade social de sua natureza de classe.

A rigor, a precariedade estrutural do trabalho determina que estes trabalhadores, em suas trajetórias de vida, desenvolvam identidades fragmentadas, pulverizadas, com a implosão dos laços de solidariedade. É a precarização das identidades individuais e coletivas, como sinaliza Druck (2009). E, nestes processos identitários precários, não conseguem constituir uma consciência de classe. Avalia Giovanni Alves:

A ampliação da condição de proletariedade do “precariado” ocorre, *pari passu*, com o incremento da manipulação que nega, no plano da percepção e do entendimento dos indivíduos históricos mundiais, a auto-consciência de classe. A invisibilidade social da natureza de classe do “precariado” é o processo ideológico supremo do capitalismo manipulatório. Na medida em que se ampliam as contradições vivas do capital, impulsiona-se com intensidade, a desefetivação humano-genérica, isto é, a precarização dos sentidos humanos capazes de “negação da negação”. Um dos alvos privilegiados da manipulação social são,



hoje, os jovens proletários mais qualificados que carregam em si e para si, a contradição suprema do capital em sua fase de crise estrutural (2012a, p.2).

É inconteste que, nos movimentos da História, nos circuitos da crise do capital, no início da segunda década do século XXI, grupos desses jovens proletários, nas cidades europeias e norte-americanas, no limite de sua angústia, de sua frustração e indignação, tomam consciência de sua situação de vulnerabilidade e insegurança econômica e social, assumindo novas formas do conceber e do fazer político, a articular a potencialidade de universalização do ciberespaço e a possibilidade histórica de coletivização da “ágora”, na resignificação das praças como territórios políticos.

Coloca-se em questão o que se pode esperar de sua mobilização e singulares formas de organização política, materializadas nas grandes manifestações em praças e ruas que surpreenderam o mundo, marcando o “ano rebelde de 2011”, com ampla divulgação midiática, em um espetáculo de “regresso da política”. No atual cenário – 2012/2013 - as mobilizações do precariado continuam e consolidam-se, sem o impacto da “surpresa histórica”, a abalar o modo privatizante de viver, sem a cobertura da chamada grande mídia e restrita ao espaço das mídias alternativas, impondo uma questão-chave no decifrar do enigma: qual a força emancipatória das lutas deste precariado a questionarem a ordem do sistema do capital mundializado e as instituições democráticas sedimentadas nos circuitos históricos do capitalismo? Enfim, quais as potencialidades e limites da sua insurgência e indignação como uma multidão global de destituídos e despojados a constituir, hoje, a classe social do proletariado?

#### **4. O PRECARIADO NOS CIRCUITOS DA HISTÓRIA: UMA APOSTA EM ABERTO.**

Giovanni Alves (2011), a fecundar caminhos investigativos, sinaliza que o precariado, a conferir visibilidade, nos primórdios do século XXI, à grande massa da humanidade “destituída de propriedade” – proclamada por Marx e Engels – estaria a encarnar a oportunidade radical de afirmação de “indivíduos histórico-mundiais empiricamente universais”, cabendo, nesta perspectiva, considerar o papel da Internet, com seus blogs alternativos e redes sociais, na construção das individualidades históricomundiais.



Em meio a polêmicas e discussões, impõe-se uma reflexão fundante: qual o futuro do precariado? Para onde o precariado está a levar o mundo?

Guy Standing (2011) em suas análises, consubstanciadas em “O Precariado: a nova classe perigosa”, alerta que a sua emergência pode levar para uma “política do inferno” ou uma “política do paraíso”, a depender dos rumos da sua formação como uma “classe-para-si”. Sustenta a exigência histórica do precariado ser considerado como classe emergente, em suas inseguranças e interesses, o que tem impacto e implicações no âmbito das políticas públicas. Por conseguinte, defende a exigência da universalização dos Programas de Renda Básica, no sentido da redistribuição da riqueza monetária a questionar a lógica mercantil do capital, constituindo a alternativa para enfrentar o capitalismo contemporâneo e atender o precariado em sua necessidade vital de segurança.

Por fim, cabe uma inevitável interpelação: como este precariado expressa-se entre nós, no Brasil Contemporâneo?

É esta uma polêmica a remeter a uma análise do momento contemporâneo do capitalismo no Brasil, discutindo as expressões da crise do capital entre nós e a atual inserção brasileira nos processos do capitalismo financeirizado. De fato, na avaliação de Giovanni Alves (2012b) da morfologia social do trabalho no Brasil na década de 2000, temse um aumento, em termos absolutos e relativos, da presença de trabalhadores periféricos, inseridos em relações de trabalho precárias. De forma incontestante, o fenômeno da terceirização cresceu, no Brasil, nos anos 2000, atingindo tanto o setor privado quanto o setor público.

Como via de estudo e pesquisa, considero que o precariado no contexto brasileiro, embora sem a força e intensidade de sua emergência nos países capitalistas centrais, está a desenhar-se no contexto brasileiro, encarnado no amplo segmento de profissionais com nível superior, atuante em instituições privadas, em instituições públicas e no chamado Terceiro Setor, a vivenciar múltiplas formas de precarização do trabalho, sobremodo nos circuitos da terceirização e de precarização da vida, mergulhado no risco e na insegurança econômica e social (CARVALHO, 2012). Nesse sentido, é emblemática



a inserção laboral dos teleoperadores da indústria do *Call Center*, com forma atual do precariado brasileiro.

Rui Braga, em obra de 2012, enuncia a “política do precariado”, vinculando-a a hegemonia às avessas da “era Lula”. Assim, configura tal política ao analisar tanto os processos econômico-estruturais, com destaque ao pós-fordismo financeirizado, como a dimensão subjetiva do proletariado precarizado, sublinhando o consentimento passivo das massas, que aderiram momentaneamente ao governo, seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos ganhos salariais decorrentes do crescimento econômico. Indiscutivelmente, Rui Braga nos impele a refletir sobre o atual modelo de inserção brasileira no capitalismo financeirizado, tendo como vetor analítico este grupo definido como proletariado precarizado como parte integrante da classe trabalhadora e suas manifestações fragmentadas no processo de precarização em curso.

Em verdade, o precariado, como enigma contemporâneo, constitui uma interpelação investigativa, a colocar a exigência de fazê-lo um “concreto pensado”, no pleno exercício do pensamento crítico, “fardo do tempo histórico presente”.



## A QUESTÃO URBANA E AMBIENTAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo

Eliana Costa Guerra<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo discutir os nexos entre crise do capital, questão urbana e ambiental, problematizando a inserção subordinada do Brasil no processo de mundialização com predomínio das finanças, as contradições que marcam estes processos e, em particular, suas repercussões nas cidades na contemporaneidade. Acirra-se a luta de classes, expressa nas diversas formas de apropriação e uso do solo urbano. Neste cenário de disputas, as formas de luta e oposição à acumulação desenfreada do capital podem ser consideradas ainda pontuais e de pequena escala, mas revelam formas resistências, que podem vir a gerar movimentos emancipatórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise do Capital, acumulação, questão urbana, Estado

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the nexus between crisis of capital, urban and environmental issue, questioning the subordinate position of Brazil in the process of globalization with dominance of finance, the contradictions that characterize these processes and, in particular, its impact on the contemporary cities. Stirs up the class struggle, expressed in various forms of ownership and urban land use. In this scenario disputes, the forms of struggle and opposition to the unbridled accumulation of capital can be still considered punctual and small scale, but show resistance forms, that may generate emancipatory movements.

**KEYWORDS:** Crisis of Capital, accumulation, urban issues, State

---

<sup>1</sup>Doutora. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: elianacostaguerra@hotmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

Em tempos de mundialização financeira e de crise estrutural, as metrópoles e grandes cidades destacam-se na cena contemporânea, por um lado, como lócus privilegiados dos centros de comando e de decisão das grandes corporações transnacionais, a dominar os espaços nacionais e a interferir na dinâmica de reprodução e de acumulação do capital e, por outro, como espaço de luta cotidiana pela sobrevivência, mobilizando centenas de milhares de trabalhadores, com destaque para o crescente contingente de “população sobrando”, supérflua para o capital. Isto indica que a questão urbana, em sua estreita relação com a questão agrária, constitui aspecto incontornável na discussão da crise do capital e de suas formas de materialização. Enquanto expressão da questão social, a questão urbana, neste contexto de mundialização e de megaeventos, nos coloca diante do desafio de entender a intrincada teia urbana, onde as fronteiras entre o legal/ilegal, o lícito/ilícito e regular/irregular, formal/informal (TELLES e HIRATA, 2007) apresentam-se bastante tênues e explicitar suas contradições; mas, coloca-nos especialmente, diante do desafio de, como convida David Harvey (2010), pensar outro tipo de urbanização não predatória e que abra a perspectiva de construção e de acesso ao direito substantivo à cidade para todos/as, o que não pode ser concebido nos marcos da civilização do capital. Dito de outro modo, a questão urbana e a crise urbana põem na ordem do dia a construção de transições em direção de outras formas de urbanidade, que não poderão emergir senão no contexto de transformação social mais profunda.

Com efeito, no espaço urbano, acirra-se a luta de classes, expressa nas diversas formas de apropriação e de uso de suas porções já edificadas e na especulação de áreas em valorização. Igualmente, no espaço urbano ficam impressas as marcas da expansão destrutiva do capital: nos desastres e catástrofes socioambientais; na disseminação de doenças inerentes à civilização do consumo; nas “vidas ao léu” de trabalhadores que têm nas ruas seus espaços de vida, trabalho e sobrevivência; na segregação sócio espacial e nas modalidades de apartação ante o medo crescente e generalizado que marca nosso tempo histórico.



Em nível mundial, são observadas tendências que marcam o espaço urbano – crescimento da informalidade, da população em situação de rua, das formas de apartação e de segregação sócio espacial, da violência urbana, em seus diferentes matizes – mas podemos observar particularidades próprias da formação social, econômica e política de cada Estado.

No Brasil, são marcantes as expressões da desigualdade social impressas no espaço urbano. As cidades conformam uma espécie de puzzle, onde áreas nobres e bem dotadas de infraestrutura e de serviços urbanos ladeiam zonas, onde a precariedade e a inexistência de elementos básicos da urbanização indicam uma ausência histórica de políticas urbanas, um *laissez-pour-compte* de segmentos pauperizados de nossa população, para os quais a modernização capitalista não resultou em mudanças efetivas nas condições de vida. Ao contrário, para estes, os processos moleculares de acumulação (HARVEY, 2004 e 2005) foram significando expropriação e expulsão em direção a espaços de maior precariedade. Há um verdadeiro descompasso entre os níveis alcançados pela produção social de riquezas e o nível de infraestrutura e de serviços implantadas em grandes extensões de nossas cidades e metrópoles. A despeito das desigualdades sócio espaciais, estas áreas estão hoje totalmente invadidas pelos mais variados produtos que circulam no mercado mundial; seus moradores, ainda que perversamente, encontram-se associados à dinâmica global de acumulação do capital.

Nesta apresentação pretendemos discutir os nexos entre crise do capital, questão urbana e ambiental, problematizando a inserção subordinada do Brasil no processo de mundialização com predomínio das finanças, os paradoxos e as contradições que marcam estes processos e, em particular, repercussões sobre as cidades na cena contemporânea. Finalizamos com pontuações para fomentar um debate crítico, na perspectiva da construção de vias para transformação radical da sociedade e da cidade.

## 2. CAPITALISMO EM CRISE E QUESTÃO URBANA

A relação entre crise do capitalismo e crise urbana pode ser explicada por alguns fatores que indicam os nexos inextricáveis entre uma e outra. Com efeito, o modo





capitalista de produção alcançou níveis de desenvolvimento tais que têm possibilitado a superprodução e a superacumulação, impondo a necessidade, de ampliação do consumo e de novos espaços de valorização do capital. Os setores fundiário e imobiliário despontam como espaços para tal valorização. Estamos, pois, diante de um estágio do modo capitalista de produção a demandar e desenvolver o consumo desenfreado, que gera um **padrão produtivo baseado no uso intensivo de energia, ampliando crescentemente as** necessidades desta e, ao mesmo tempo, ensejando a produção de detritos e descartáveis, a compor massas crescentes de lixo, em muitos casos não tratados, que constituem uma das dimensões do grave problema ambiental.

Como bem explica Harvey (2011), ao se referir aos fundamentos da crise estadunidense de 2008, em determinado momento, em que os níveis de acumulação possibilitaram constituir uma montante importante de capital em busca de valorização, os mercados imobiliários e de terra pareceram bastante interessantes para os capitalistas. Ora, ao investir em bens imobiliários e em terra, o capitalista provoca uma elevação de seus preços no mercado; estes bens, ao subirem, por sua vez atraem mais investidores e engendram um processo de elevação de preços, a desenhar como que uma espiral até se constituírem bolhas, a explodir em forma de crise. Cita o exemplo de Manhattan, Nova York, onde, em meados da década de 1970, se podia vender um tipo de edifício por 200 mil dólares, que, nos anos 2000, passa a custar 2 milhões de dólares, criando situações insustentáveis. Harvey (2011) considera que tal situação ocorrida nos anos 1990, decorre do fato dos mercados financeiros estarem “enlouquecidos”.

Na composição do PIB do EUA, em 1994, o mercado acionário participava com 50 %, para, em 2000, atingir 120% e começar a cair com a crise das empresas ponto com. Neste mesmo período, a participação do mercado imobiliário na composição do PIB começa a crescer passando de 90% a 130%, evidenciando deslocamento de inversão de capital em busca de valorização desencadeando uma verdadeira “febre de construção”, a qual se encontra na origem de um processo de “acumulação pela perda de posse”. A crise 2008<sup>1</sup> evidenciou que tal padrão de acumulação é insustentável. Os efeitos dessa

---

<sup>1</sup> David Harvey cita ainda os casos da Grécia, da Espanha e de Portugal, onde estes fatores relativos ao modelo de urbanização, com um tipo de inversão de recursos públicos também esteve na origem de bolhas e



dinâmica de acumulação, “pela perda de posse” afetam especialmente as famílias mais pobres, aquelas que o mercado financeiro seduziu e que se endividaram para adquirir bens imóveis; estas foram sumariamente expulsas de suas casas, por não pagamento, comprometendo a posse do bem, hipotecado no início da operação, como garantia do empréstimo. Esta situação é bem retratada no documentário de Michael Moore, *Capitalism a Love Story*.

Assim, os fundamentos da crise atual do capital e suas principais repercussões não podem ser analisados sem considerar a questão urbana, o espaço urbano e o seu papel no processo de acumulação, na atualidade. Não se pode tampouco, entender estes processos sem situá-los na dinâmica da mundialização da economia, com um grau de densidade das relações e interconexões entre os países nunca dantes visto, como ressalta Chesnais (2011, p. 8):

Hoje, com a reintegração da China e a plena incorporação da Índia na economia capitalista, o mercado mundial conhece um grau de densidade das relações de interconexão nunca antes visto. É neste marco que as questões mais essenciais (superacumulação, superprodução, superpoder das instituições financeiras, concorrência intercapitalistas) devem ser abordadas.

Assim, tanto o padrão de acumulação, quanto as “saídas” *mises en oeuvre* pelo capital para fazer face à crise, com seu efeitos em forma de “crises sucessivas” tendem a abalar o conjunto da economia mundial e, de modo particular, as metrópoles e grandes cidades, que constituem a ponta de lança do processo de acumulação. Entretanto, a capacidade de cada cidade ou metrópole para enfrentar os reveses da crise, depende de um conjunto de aspectos inter-relacionados, tais como a capacidade e as possibilidades historicamente determinadas de intervenção de cada Estado, a correlação de forças interna ao país, o lugar ocupado por sua economia na divisão internacional do trabalho, dentre outros. Dito de outra maneira, tanto as manifestações da questão social, no espaço urbano, quanto às vias de enfrentamento da crise urbana e da crise do capital dependem de fatores endógenos e exógenos à dinâmica econômica, social e política de cada formação social.

---

de crises. Para o autor, parte da explicação da crise nestes países está relacionada aos péssimos investimentos em infraestrutura realizados.



### **3. A QUESTÃO URBANA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ENTRE POLÍTICAS DE AJUSTE, REESTRUTURAÇÃO URBANA E MUNDIALIZAÇÃO.**

Enquanto prosseguimos com hegemonia da perspectiva de ajuste do Estado, na busca por assegurar a inserção da economia brasileira na nova ordem mundial, em detrimento da perspectiva de democratização com extensão de direitos sociais, urdida nas lutas dos anos 1980 (CARVALHO, 2012), constatamos um aprofundamento da questão urbana, com agravamento das desigualdades sócioespaciais, no interior das metrópoles, grandes aglomerações, mas igualmente nas cidades de médio e pequeno porte.

Por certo, há uma extrema diversidade na composição da rede urbana brasileira: cidades com realidades socioeconômicas e históricas bastante distintas, decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas e das formas históricas de resistência dos trabalhadores e da população urbana empobrecida aos processos de expropriação e espoliação. Desta diversidade, construída à base de um processo de modernização conservadora, sob a qual se erigiu o capitalismo brasileiro, decorre uma grande desigualdade nas condições e no acesso às infraestruturas e serviços urbanos se compararmos a realidade das grandes metrópoles do Sul e do Sudeste com a de capitais do Nordeste e, mais ainda, do Norte do país.

Aqui, no contexto atual, todas as cidades brasileiras, a sua maneira, as pequenas, médias e grandes cidades, as metrópoles e megalópoles estão inseridas na dinâmica mundial de reprodução ampliada do capital, em tempos de hegemonia financeira, conservando também as marcas dos processos de reestruturação produtiva, que se traduzem em “renovação urbana” e em ajuste das cidades, para se colocarem no círculo de “cidades eficazes” e, logo, atrativas para investimentos de grandes empresas capitalistas<sup>1</sup>. Todavia, é inegável que as cidades do Norte e do Nordeste acumularam

---

<sup>1</sup> Discutir o justo das cidades significa ainda rever a distribuição do fundo público em nível local (das coletividades locais), possibilitando um equilíbrio das contas e, deste modo, o pagamento da dívida pública, como parte do compromisso assumido pelo governo brasileiro, nos acertos de contas com as instituições transnacionais e com os bancos credores. As cidades eficazes interessam sobretudo ao grande capital portador de juros, àqueles credores a quem devemos pagar nossa dívida e(x)terna, na expressão de Marcos Arruda (1998).



déficits históricos de infraestrutura, equipamentos e serviços em um contexto de urbanização intensa e acelerada. Nestas, as marcas indeléveis das desigualdades estão presentes de modo contundente. Não desconsideramos a gravidade e dimensão das desigualdades e precariedades existentes nas metrópoles do Sul e do Sudeste brasileiros, tampouco as formas de segregação, mas não podemos deixar de destacar a desigual repartição do fundo público a reforçar diferenças substanciais entre a realidade urbana das diversas regiões brasileiras, nas quais se situam as cidades do Norte, Nordeste e de parte do Centro Oeste, em grande desvantagem em relação àquelas das demais regiões.

Considerando a inserção ativa e subordinada do Brasil no capitalismo financeirizado, que se caracteriza, nos anos mais recentes, pela reprimarização da pauta de exportação e por processos de desindustrialização (PAULANI, 2013), e o contexto interno de hegemonia da perspectiva do ajuste do Estado, temos como resultante políticas urbanas e intervenções nas cidades que reforçam o ajuste das cidades (OSMONT, 2008) às necessidades da acumulação capitalista. Temos ainda, processos de reestruturação urbana, que buscam redefinir os espaços em benefício do capital imobiliário e financeiro.

Especialmente, a partir dos anos 1990, a inserção particular do Brasil no capitalismo financeirizado, consubstanciada na experiência de ajuste, ao expandir a monocultura, ampliar e sustentar o latifúndio agrava, também, a questão agrária e, conseqüentemente, a questão urbana, com a explosão das cidades médias e das áreas metropolitanas, conformando imensas periferias precárias. Assim, o Brasil adentra o século XXI, com uma questão urbana complexificada a configurar cidades fragmentadas, onde zonas de extrema pobreza e miséria, marcadas pela precariedade de vida ladeiam bairros de riqueza exuberante, expressão da modernização e da concentração de riquezas.

As intervenções mais recentes do Estado seguem a lógica do ajuste, em benefício do grande capital e em detrimento das necessidades de amplos setores da população urbana que há décadas anseiam pelo direito à cidade, a uma moradia digna, a serviços públicos de caráter universal. Exemplos emblemáticos desses processos podem ser observados na história recente de nossas políticas urbanas: reestruturação dos portos e



reurbanização de áreas centrais, urbanização de favelas e bairros populares de localização considerada estratégica, ampliação e /ou construção de aeroportos, construção de novos portos adaptados às modalidades de importação e exportação, próprias do padrão flexível/toyotista de acumulação. Vivemos tempos de fusão de capitais, de políticas focalistas de “combate a pobreza”, de regressão de direitos, de formas autoritárias e de cunho higienista de tratar a pobreza extrema. Ainda que a política de privatização nos moldes dos anos 1990 tenha sido abandonada, como afirma Kliass (2013)

[...] permaneceu latente e sem interrupção o discurso ferrenhamente liberal, contra a presença do Estado na economia, em razão da suposta ineficiência implícita e inerente ao setor público, face à correspondente superioridade 'inquestionável' do capital privado.

Então, mais uma vez, do ponto de vista das políticas urbanas, temos um Estado que reforma, moderniza e constrói, por exemplo, portos além de outras infraestruturas pesadas nas principais cidades brasileiras, assegurando, deste modo, condições para que se realizem os fluxos de mercadorias e de produtos primários, à custa de endividamento, para, em seguida, repassar sua gestão à iniciativa privada, abrindo vias para a acumulação do capital, ao mesmo tempo em que garante infraestrutura básica indispensável aos processos mundializados de circulação de mercadorias.

No contexto brasileiro contemporâneo, vamos ter remodelações e renovações urbanas ligadas à preparação de nossas cidades para sediar megaeventos (jogos olímpicos, copa das confederações, copa do mundo de futebol, etc.). As intervenções urbanas mais recentes seguem a mesma tendência observada em outros países, em contextos similares: desalojamento de segmentos da classe trabalhadora, com expulsões, muitas vezes, violentas, para dar vazão ao frenesi de reconstrução e de modernização e adaptação dos espaços urbanos às novas necessidades do capital. Como afirma Harvey (2011), os megaeventos são ótimos para os investidores, constituem um bom pretexto para “limpar pedaços de terra”, há tempos por estes desejados e não expropriados por falta de coragem. Apresentam-se ainda como excelentes oportunidades para o capital financeiro especular. Entretanto, em geral, estes megaeventos têm provocado excessivo desenvolvimento do setor imobiliário, além de constituírem verdadeiro estopim, para



explosão do gasto público, o que também é extraordinário para o capital. Para a maioria da população citadina, restam os elevados custos econômicos e sociais desta dinâmica de renovação urbana, ainda que o discurso oficial assegure tratar-se de políticas de desenvolvimento e de crescimento econômico, de criação de empregos, de melhoria da imagem das cidades, de atração de investimentos, etc.

#### **4. POR UMA URBANIZAÇÃO BASEADA NO VALOR DE USO E NÃO NO VALOR DE TROCA**

Diante deste cenário contraditório e complexo, cabe indagarmos sobre as possibilidades de construirmos formas de resistência, abrindo caminhos para a construção de modalidades diversas, opostas de urbanização, centradas nas necessidades humanas e não na sede voraz de acumulação do capital, para a concepção de modalidades de urbanização - na expressão de Harvey (2011) - baseadas no valor de uso e não no valor de troca.

No contexto brasileiro, abre-se um campo rico de debate em torno do devir de todo um aparato, construído em torno do direito à cidade, materializado no Estatuto da Cidade e em um conjunto de instrumentos reguladores, ainda em vigor, mas que não constituem de fato a referência da gestão urbana. Hoje, particularmente, consolida-se um padrão de gestão urbana que se funda na exceção, estamos, portanto, diante da chamada gestão das urgências, onde a política urbana passa a orientar-se pela preparação das cidades para a realização de médios e mega eventos, a legitimar a ação das elites, construindo alianças com os interesses do complexo internacional empreendedorista.

Neste cenário de disputas, as formas de resistência e oposição à acumulação desenfreada e à barbárie expressa no espaço urbano podem ser consideradas ainda pontuais e de pequena escala, se consideramos a dimensão e complexidade do desafio posto. Os movimentos que se organizam para questionar o modo como a cidade, o espaço urbano vem sendo produzido encontram-se ainda divididos e fragmentados. Harvey (2011) ressalta a importância da construção de unidade nas lutas urbanas. Eis um



grande desafio, em tempos de individualismo exacerbado, de fragmentação, de flexibilização e de precariedades.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *Civilização do capital em crise: interpelações do tempo presente*. In: Francisco Uribam Xavier de Holanda. (Org.). *Nuestra América no Século XXI: as disputas de hegemonia nos circuitos da crise*. 1ed. Fortaleza: Edições UFC, 2012, p. 17-36.

CHESNAIS, François. *Aux racines de la crise économique mondiale*, Paris: Revista Carré Rouge, N° 46/dezembro, 2011, p. 7-17.

HARVEY, David. *A crise capitalista* Crisis of Capital accumulation, urban issues, state *também é de urbanização*, entrevista concedida ao Jornal Página 12, em 17/01/2011, in Carta Maior, [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=17303](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17303), acesso realizado em 07/06/2013.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

KLIASS, Paulo (2013). *Dilma e o risco do desmonte do Estado*, in Carta Maior, [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=6047](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6047), acesso realizado em 08/06/2013

OSMONT, Annik. *A Cidade Eficaz*, Revista Em Pauta, No. 21, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, junho 2008, p. 65-79.



PAULANI, Leda Maria. **A dependência redobrada**, in: Le Monde Diplomatique Brasil, <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1219>, acesso realizado em 06/06/2013.

TELLES, Vera da Silva e HIRATA, Daniel Veloso. **Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito**, Revista Estudos Avançados, 21(61), São Paulo, 2007, p. 173-191. in: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a12v2161.pdf>, acesso realizado em 05/05/2013





## POR QUE NÃO A VIOLÊNCIA?

Rejane Batista Vasconcelos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo é parte constitutiva de minha tese de doutorado que se ocupou em demonstrar que a violência, uma ação exclusivamente humana e tão antiga quanto o ato inaugural da humanidade, representa tão-somente, no sistema do capital, uma entre todos os milhares de mercadorias que se colocam à disposição nas prateleiras do mundo mercantil. Sob intensidade e forma variadas, a violência encontra-se implícita ou categoricamente derramada por sobre as múltiplas manifestações de criação humana, tais como a arte, a religião, a literatura, a política, a história. É um produto que parece contrariar as leis do mercado: quanto mais abundado mais lucrativo!

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência. Mercadoria. Capital. Sistema do capital.

**ABSTRACT:** This article is part of my doctorate thesis which tried to demonstrate that violence, an exclusively human action and which is as old as the beginnings of humanity represents one among thousands of commodities in the capitalistic system that is available on the shelves of the world market. Violence, varying in intensity and form, may be found implicitly or categorically in many creative human expressions, such as art, religion, literature, politics, and history. It is a commodity that seems to contradict the market laws: the more plentiful it is, the more profitable it seems to be.

**KEYWORDS:** Violence. Commodity. Capitalism. Capitalistic system.

---

<sup>1</sup> Doutora. Faculdade Metropolitana de Fortaleza – FAMETRO, Mestrado de Avaliação em Políticas Públicas da UFC – MAPP. E-mail: rejanebvasconcelos@gmail.com



## **SOBRE VIOLÊNCIA CONVÉM SABER (A TÍTULO DE INTRODUÇÃO)**

Sem nenhuma prova acreditamos que a paz era o estado natural e a substância do universo e que a guerra era apenas uma agitação temporária que ocorria em sua superfície. Reconhecemos atualmente nosso erro: o fim da guerra é simplesmente o fim desta guerra.

Jean-Paul Sartre

A violência é um ato humano que se inaugura com a estreia da humanidade. A ela, indevida e intencionalmente, faz-se aderida a predicação inerradicável, ineliminável, inelutável, inextinguível. Às vezes também – e não raro – dela se disse uma alternativa à ameaça do estado de inércia social. O fato é que a violência e os temas a ela correlatos têm, desde as últimas décadas do século XX, irrompido com relevância nos estudos de distintas ciências, disciplinas. Saberes e dizeres em torno da questão se adensam e ampliam-se. Há uma sede inesgotável de sobre ela saber e discorrer. Cada vez que um ato assim qualificado faz-se acontecido, ele se torna verbo; produz uma fala amplificada, diversificada, abundante. Inumerável é a produção técnica, científica, literária, que se encontra no circuito de venda, cujo foco direto ou indireto é essa temática. Cada obra dessas que se toma nas mãos para leitura referencia um número significativo de outras produções.

Uma questão, aqui, emerge: o fato de um ato humano de tão grave repercussão, que tem lançado sobre si tanta preocupação, ser, a um só tempo, naturalizado e estranhado. São processos que, à primeira vista, soariam inversos, paradoxais. Não o são, no entanto. São tão somente, um do outro, complemento. Naturaliza-se a violência para com ela se conviver, para garantir sua existência; existindo, instala-se contra ela um combate no qual ela não se faz derrotada. Se natural, humana, inextinguível, ineliminável, inelutável, inerradicável, o que resta a fazer é apenas encontrarem-se formas adequadas de com ela conviver, modos de enfrentamento apropriados. Não havendo, pois, sob tais argumentos, alternativas possíveis para o seu extermínio, posto que sua eliminação configura expressão de si mesma – de violência. É intrigante essa naturalização e esse estranhamento como um lusco-fusco da violência.



Indiscutivelmente, a violência consolida um estado perene de medo. Basta que sejam trazidos à memória resultados de levantamentos, enquetes, pesquisas de opinião veiculados na mídia acerca do que a população mais temia. A violência se classifica como, senão a primeira, pelo menos uma das primeiras causas de inquietação, de insegurança, de temor enfim.

Assim sendo, por que ordem de razão ela haveria de se inserir abusivamente no cotidiano das pessoas? Por que, sob outras formas de apresentação, com outros invólucros a ela se confere outro estatuto, outro *status*: o de produto comercializável? Películas cinematográficas, músicas, videoclipes, *games*, revistas, livros, desenhos animados, programas de entretenimento veiculados na mídia televisiva, destinados a públicos vários e faixas etárias distintas, recheiam-se de cenas em relação às quais não paira dúvida alguma quanto a reservarem um conteúdo violento, quando não são exclusivamente configurados com a finalidade crua de apresentar a violência mesma.

É questão irrefutável: a violência invade, com licenciosidade, os espaços, os corpos e as mentes dos sujeitos na razão direta em que aquece os medos e acelera as fomes de justiça, de vingança, de paz, de guerra. O mais assustador é que o aprendizado da violência inaugura-se precocemente: na audição de cançõezinhas com que se embalam os bebês (“Boi da cara preta”, “Atirei o pau no gato”, “Sambalelê está doente”) ou de historinhas que distraem e estimulam a imaginação e o aprendizado das crianças (Branca de Neve, Joãozinho e Maria); na audiência de desenhos animados (Tom e Jerry, Piu-Piu e Frajola). Passando depois pelos *games* em que o jogador para alcançar maior pontuação deve atropelar o maior número de velinhos, ou matar mais inimigos; por programas destinados ao público juvenil (Malhação); por assistência, submissão ou prática de *bullying* nas escolas, nos grupos sociais – agora, com as cenas capturadas por celulares e divulgadas nas redes sociais. O fato é que o aprendizado se renova, atualiza-se, ganha forma, requinte, cor e tom sedutores. Aos adultos também fica garantido um sempre renovado estoque de táticas de vileza, crueldade, ardileza e intolerância na audiência de telenovelas nos diversos horários e emissoras.



O que dizer de *reality shows*<sup>1</sup> que experimentam os limites físicos, emocionais e morais dos sujeitos participantes, em troca de um prêmio que quase sempre suplanta em muito a renda anual de cada um de seus integrantes?

Nenhum outro modo organizativo de sociedade, que não o vigente no sistema do capital, permitiria à violência despontar com esse caráter mercantil, com esse potencial de transfigurar-se em riqueza. A origem mesma do capital, já o denunciava Marx (1973a), tingia-se de rubro. E no rubro faz-se ouro! A violência é matriz do capital; por seu meio, ele se gesta, mantém-se, multiplica-se.

A violência concreta, sólida, liquefeita ou rarefeita assombrosamente tem se derramado por sobre tudo e todos como um fantasma de que não se pode fugir. O capital é sua metáfora mais sólida.

## A VIOLÊNCIA: UM FENÔMENO DE “PSEUDOVOZ”

Por que esse sentimento de impotência diante da violência? Por que esse mesmo sentimento em relação à espetacularização da violência? Por que a violência e seus produtos tornam-se agudamente invasivos? Deve ser tarefa coletiva formular indagações dessa ordem.

A violência tornou-se um produto posto nas prateleiras do mercado sob várias formas de apresentação, dosagem, invólucros, segundo o gosto e o poder aquisitivo do consumidor.

A violência e tudo que a cerca e lhe adere “ganha” autonomia; parece ter independência, vontade, volição. São, por outro lado, luzes para pensar a possibilidade de se a reconhecer como uma mercadoria.

---

<sup>1</sup> Um exemplo nacional de *reality show* em que todas as tarefas a serem cumpridas pelos participantes eram de esforço físico intenso, de sujeição a desgaste, tensão, privação, constrangimento, estresse físico e mental foi o *No limite*, produzido pela TV Globo. O prêmio era de quinhentos mil reais. Outro *reality*, *Solitários*, foi produzido pelo SBT. O *reality* apresentava-se com a “promessa de levar os participantes à total exaustão”. Todos permaneciam isolados e incomunicáveis em um pequeno compartimento individual sem acesso à luz solar, sem direito à cama, privados de cuidados higiênicos básicos como banho e troca de roupa. Para deitar-se, sentar-se ou utilizar o banheiro o participante teria que pedir autorização prévia. Saliente-se que esse *reality* foi o que deu o menor prêmio: cinquenta mil reais em barras de ouro.



Urge suspender a predicação de inevitável, inerradicável, inelutável, irrecusável que lhe foi atribuída arditosamente. Na realidade, o que tem essa predicação é o conflito – que é um processo –, não a violência – que é um meio, um recurso, entre outros, como a diplomacia (um seu oposto), para por termo a um conflito. Tomar violência como sinonímia de conflito - este sim inerradicável - é o modo mais vil de que se vale o sistema capitalista para auferir lucros sobre uma mercadoria tão singular: quanto mais abundante mais lucrativa.

O que redundo do entendimento, da aceitação da violência com essa natureza? O resultado é a imposição, a imprescindibilidade da convivência com sua contraversão: a segurança – entendida como a aquisição de produtos, bens e serviços de empresas que constroem e expandem seu patrimônio a expensas da violência e de seu propalado – ou real - crescimento. É uma relação precisa, sonante: se a violência é inevitável, a segurança – a busca por segurança - também o será. Logo, quanto maior a violência, maior a oferta dos serviços classificados como de segurança.

Dois paradoxos gritam, saltam à vista nessa equação: primeiro, se a prometida segurança – os serviços, bens e produtos dessa cesta –, produzisse resultado, a violência estaria num descenso. Por que, então, cresce o número de empresas desse ramo de negócios? Por que, cada vez mais, se refinam os dispositivos, os equipamentos e ampliam-se os investimentos em qualificação de pessoal com vistas ao oferecimento de produtos e serviços ditos melhores e mais eficazes? Se essa segurança é o modo de operar contra a violência, por que não consegue eliminá-la ou reduzi-la? A mídia é contundente em afirmar que a violência vem alcançando índices alarmantes, nunca antes vistos; segundo paradoxo: em ofertando um serviço eficiente, de resultados, as empresas combateriam ou, pelo menos, reduziriam esses índices de violência que a mesma mídia que faz seus anúncios, suas propagandas denuncia seu aumento, declarando, assim, subliminarmente – ou nem tanto –, que o serviço que prestam produz resultados insuficientes – ou nem os produz. Mas, por outro lado, se, de fato, lograssem êxito no combate à violência, essas empresas teriam, a médio e longo prazo, de buscar outro nicho de mercado; ao contrário de expandirem seus negócios.



É preciso, pois, pensar a violência e as ações de seu combate, dentro da lógica do sistema do capital, como bons e rentáveis negócios: um alimenta-se do outro; um sobrevive a expensas do outro. Logo, as ações que se proclamam combativas e as ações de promoção de violência são, sim, uma da outra verso e anverso, faces de uma só moeda. Ao fim, pelo que fazem circular em termos de capital, podem ser vistas, uma em relação à outra, como especular – nos sentidos diversos que o vocábulo comporta: como imagens inversas no espelho; realizar “operação comercial em que uma das partes obtém lucros acima do razoável, por abusar da boa fé da outra, ou por tirar proveito de período de exceção, como guerras, catástrofes naturais, safra ruim etc., oferecendo produtos em falta, superfaturados” (HOUAISS, 2001, p. 1227).

Deveria parecer intrigante o fato de a violência ser parte constitutiva da trajetória humana, de responder pelo modo como se organizam os traçados geográficos, políticos, sociais, econômicos, culturais, morais das sociedades e, ao mesmo tempo, levantarem-se vozes e conclamarem-se homens e mulheres à marcha por seu extermínio? Aqui, se encaixa a pergunta que dá título ao artigo: Por que não a violência, já que desde cedo se a ensina por meios diversos a praticá-la sutil ou declaradamente?

O fato é que a mercadização da violência, do medo, da inquietude ganha terreno, auferindo lucros e assegurando fontes sempre renovadas de rentabilidade, quer a violência *in natura*, quer a transformada em espetáculo, quer a transfigurada em segurança.

## **AS RAZÕES PARA O ESTADO E AS RAZÕES DO ESTADO: de lá para cá**

As teorias clássicas de fundação do Estado moderno marcam o eixo central de onde pulsam as razões primeiras que o fizeram emergir: a vontade de suspender o *estado de natureza*.

Nasce o Estado, dizem os pensadores, quando “aquele homem do estado de natureza” aceita se reger por uma “pessoa artificial”. O homem daquele “estado de natureza” estabelecia um contrato no qual transferia direitos para outrem (o Estado) de agir em seu nome, ao mesmo tempo em que declarava sua renúncia ao poder privado.



Teorias outras foram apostas a essas, mas, aqui, o que interessa assinalar refere-se à matriz dessas teorias: o medo e a necessidade de controle do potencial violento dos sujeitos. O irrompimento do Estado, nessas teorias, explica-se com base na abdicação que os sujeitos fizeram de sua possibilidade de empregar a força de que dispunham – e daquela que pudessem agregar – na direção de seu interesse privado. O medo de todos em relação a todos teria sido a fonte de inspiração e de materialização do Estado.

O Estado ficava, assim, reconhecido como o detentor do monopólio da violência legítima (WEBER, 1991). Frise-se legítima, porque a ilegítima – reconhecida como tal a partir da abdicação do direito de exercê-la, quando se o consagra ao Estado – não estava eliminada. Prova disso é que o Estado exerceria a violência legítima no confronto da ilegítima.

Por que então e para que o Estado surgia, já que a violência ilegítima não sucumbiria? À razão de qual ordem o Estado estaria efetivamente consagrado?

O Estado nasce num rompante de violência com o fito de suspender a possibilidade da concreção da violência! É sob a argüição da tese da potencialidade da violência humana e do temor de sua concreção que nasce o Estado. O capitalismo, por seu turno, em um movimento aparentemente contrário, funda-se, expande-se, consolida-se, totaliza-se pela via irrecusável da violência; ela é, ainda por cima, integral e multifacetadamente, convertida em lucro.

Pasmem: é pelo exato intermédio do Estado que o capitalismo alcança constituir-se um modo de produzir coisas, mercadorias e viver. Um modelo civilizatório que grassa o mundo, deixando rastros de desespero, dor e sangue; um modelo econômico que devasta, sem atender a rogos, as vidas no planeta.

O cenário da atualidade dá bem mostra do que o sistema do capital faz com tudo o que toca; com tudo o que sua voracidade alcança. As praças de metrópoles do mundo tomadas por jovens, adultos, homens e mulheres, de quem se tenta arrancar, agora, o que restou da insaciabilidade capitalista: a dignidade. Matam-se os corpos, aniquilam-se as almas. Reprisam-se, de algum modo, com volúpia perversa semelhante, as cenas assistidas na Inglaterra e nos Estados Unidos nos idos dos anos 1880. O sistema do



capital não apenas excludente; é também e, sobretudo, mortífero. Sua letalidade é sempre superior a quaisquer medidas acautelatórias que se pretenda tomar.

O Estado, por sua vez, é parceiro, avalista de um sistema – sistema do capital – que, se demonstra, nasceu do sangue alheio e continua a alimentar-se dele tal qual um vampiro insaciável. A violência foi o meio pelo qual o capitalismo se constituiu. Não haveria como se instaurar sob outras bases que não a força bruta. Em seu percurso nada restou sem que deixasse as marcas de ferro e fogo, suas algemas, suas amarras tatuadas nos corpos. Suas conquistas foram assentadas em territórios banhados de sangue: colonizações, guerras, extermínios físicos e culturais.

Suas maiores vítimas, sempre as mesmas: os sujeitos contidos pela premência da necessidade e manietados pela mão forte do Estado que contém a todos que obstaculizam a passagem do capital, cada vez mais imaterializado, volátil.

## **É DE NOVO TEMPO DE CRISE**

Em 1929 foi a Bolsa – uma tragédia financista; em 2008, a Bolha, uma criminosa especulação imobiliária. De lá para cá, uma certeza há que se ter: com a mesma desenvoltura com que o sistema do capital frequenta o mais requintado banquete, atua despudoradamente no reino dos abutres; ele encontra do que se alimentar em qualquer tempo e espaço: a história o delata sem exigência de prêmio.

Povos, muitas vezes, foram e continuam sendo para aqueles que cobiçam o poder tão somente óbices à conquista de territórios e riqueza. As guerras são o atestado de tal empresa. Quase impossível marcar-se um tempo em que suas ausências foram presente. Das santas às irregulares; das justas às de extermínio; das anônimas às nominadas; das curtas às duradouras; das localizadas às generalizadas; das pequenas batalhas às hecatombes; das recentes às que a imaterialidade não deixa de declarar suas existências unicamente pela força da ameaça (Guerra Fria, Guerra Biológica, Guerra Química, Guerra Nuclear).





Os processos colonizadores não se amesquinham em lançar dores físicas e morais àqueles contra quem impuseram as regras da cobiça, da pilhagem material, cultural trazidas na entranha, no mais íntimo da alma do explorador. Torná-los (os povos) meio ou obstáculo à obtenção de enriquecimento e de maior poderio vai depender da disposição e força daqueles em manifestar resistência aos projetos desses.

Mas é importante que não seja esquecido, por toda a humanidade, que sentimentos de mágoa, insatisfação, injustiça, perda, vingança, ódio, revolta e outros tantos podem constituir sementes que poderão em qualquer momento, sob novos ou velhos ventos e chuvas, germinar situações em que se reavivem as dívidas pendentes, as perdas não reparadas e as feridas não cicatrizadas. Sobremaneira se as feridas são, a todo tempo, tocadas sem leveza, fazendo-as dor permanente.

Ademais, a cicatriz é uma metáfora de um discurso; uma possibilidade de um ato (re) fundador, (re) instalador. Como diz Brecht (2000, p. 64),

A chuva  
Não volta para cima.  
Quando a ferida não dói mais  
Dói a cicatriz.

Assim também, não é bom esquecer que as pazes oriundas das guerras não exterminam os ódios e as sementes que eles lançam, indistintamente, sobre perdedores e ganhadores nos campos em que combateram os dois como inimigos.

O sistema do capital é, indiscutivelmente, um modo violento de organizar a vida no planeta. A seu comando, tudo e todos são reordenados, classificados, catalogados, disponibilizados. E o mais grave: descartáveis. Sob a bainha de sua espada, a alma humana é, a todo tempo e em todo lugar, estrangeira de seu ser. As regras não comportam o capricho de seu existir; as esquisitices de uma possível ponderação dela provinda. A roda da vida, melhor, a roda da fortuna não se faz de suas produções, de suas cautelas.



## BIBLIOGRAFIA

- ARENDRT, H. *Da violência*. Tradução de Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. (Coleção pensamento político).
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BRECHT, B. *Poemas: 1913 – 1956*. 5. ed. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Ed 34, 2000.
- COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- COTRIM, G. *História e consciência do mundo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo – comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O capital*. 3. ed. condensada. Tradução e condensação de Gabriel Deville. São Paulo: Edipro, 2008. (Série clássicos Edipro).
- MICHAUD, Y. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.
- MORILLAS, J. M. M. *Los sentidos de la violencia*. Granada (Espanha): Editorial Universidad de Granada, 2003. (Colección monográfica “Eirene”, 17).
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 5. ed. Tradução de Regis Barbosa, Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Tradução da quinta edição revista, anotada e organizada por Johannes Winckelmann. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. v. 1.



## LUTAS E RESISTÊNCIAS À CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: democracia radical e poder nos movimentos transnacionais do século XXI

Ricardo Silva Kaminski<sup>1</sup>

**RESUMO:** Constituindo uma rede transnacional de movimentos antissistêmicos, desde 2011 novos atores sociais colocam na pauta contemporânea a discussão sobre o poder e a democracia. Ao questionarem a democracia liberal representativa, propõem um igualitarismo democrático radical que interpela sobre as possibilidades da reinvenção da democracia a partir de novas gramáticas sociais. Tais movimentos desenvolvem dimensões simbólicas e práticas características da cibercultura, em espaços ainda não consolidados no âmbito das instituições contemporâneas. Assim, este artigo apresenta, como eixo central, a cultura política implicada nas concepções de poder e democracia dos "occupies", na disputa contemporânea pelo significado da cidadania e do poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo. Cultura Política. Movimento Occupy Wall Street. Movimentos Transnacionais. Democracia. Poder.

**ABSTRACT:** Constituting a transnational network of anti-systemic movements, since 2011, new social actors put on the contemporary agenda the discussion about power and democracy. In questioning liberal representative democracy, they proposed a radical democratic egalitarianism, which asks about the possibilities of reinvention of democracy from new social grammars. Such movements develop symbolic and practical dimensions characteristics of cyberculture, in spaces not yet consolidated in the context of contemporary institutions. Thus, this paper presents, as the centerpiece, the political culture implied in the concepts of power and democracy of "Occupies" in contemporary dispute on the meaning of citizenship and power.

**KEY WORDS:** Capitalism. Politic Culture. Occupy Wall Street Movement. Transnational Movements. Democracy. Power.

<sup>1</sup>Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ricardoskaminski@gmail.com



## 1. CRISE DO CAPITAL E A EMERGÊNCIA DA REDE DE MOVIMENTOS TRANSNACIONAIS DO SÉCULO XXI

A história do tempo presente evidencia transformações profundas em todas as dimensões da vida contemporânea, reveladas por tensões, conflitos, protestos e manifestações sistemáticas que abalam os equilíbrios institucionais democráticos, colocados em questão. Desde que “a última crise do capital” se intensificou, evidenciando as contradições características da civilização do capital, é possível perceber os “sinais dos tempos” e ouvir o som dos ventos que conduzem a grandes inflexões históricas. Vemos estas manifestações desde a “primavera árabe” até os indignados espanhóis, gregos, ingleses franceses, islandeses, alemães, portugueses. Constatamos estes sinais em países da América Latina, e, mais recentemente, assistimos expressões dessas lutas nas ruas e praças da Turquia. Acontecimentos históricos do tempo presente nos interpelam sobre os limites e contradições, cada vez mais acirradas, produzidas no bojo da civilização do capital, em suas conexões e organicidade com os Estados democráticos.

“Um espectro ronda a Europa”: com esta frase, em 1848, Marx e Engels iniciam o texto do Manifesto Comunista acerca dos acontecimentos históricos que marcaram o início da primeira fase da modernidade (Domingues, 2011), circunscrita pela da luta de classes, na primeira metade do século XIX. Acontecimentos históricos recentes ressuscitam os espectros do passado, manifestam um clima de incertezas e de indeterminações, configurando, paradoxalmente, o que

Baudelaire define como uma das marcas da modernidade: “a incerteza, a indeterminação, o fugidio”. Não como farsa, mas como tragédia de nosso tempo, a atmosfera de conflitos e violência do aparato policial do Estado contra os cidadãos em protesto, em pleno exercício da liberdade democrática, demarca a força da crítica radical que desfere o precariado contra a classe política no poder. A multidão enuncia suas palavras de ordem, a orbitar, principalmente duas palavras chave: **democracia e poder**. Assim, o tempo presente, nos interpela á refletir sobre os limites e possibilidades da democracia, do Estado e do poder.



A intensificação dos processos de globalização, a partir das últimas duas décadas do século XX, produziu tensões políticas e sociais em um cenário histórico no qual eclodiram movimentos sociais característicos da cibercultura. Edgar Morin (1999) defende que o século XXI começa com os protestos ocorridos em Seattle, os quais demarcaram o início dos protestos antiglobalização em um ciclo de protestos que mobiliza, desde então, os movimentos sociais mais significativos que demarcaram esse período de transição histórica de expansão do capitalismo global e das lutas antissistêmicas transnacionais. Neste período podemos destacar: a marcha Zapatista de Chiapas para a capital do México (2001), as manifestações da sociedade civil global em Gênova (2001), na Itália, na reunião do G8 e o caso das redes de mobilizações contra os governos e as corporações nos Estados Unidos, que ficaram conhecidas como J18, N30 e A16.

Em 2011, na Europa, logo após o *EuroMayDay*, multidões insurgiram-se nas ruas da Grécia, em profunda recessão econômica. Na Espanha, os Indignados protestaram, ocupando a *Praça del Sol*, em Madri, Barcelona e Valência. Em Bruxelas, sede do parlamento europeu, a “Marcha Popular Indignada” reuniu multidões que caminharam e mobilizaram-se em rotas vindas de Portugal, Itália, Grécia, Suíça, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Irlanda. Em setembro do mesmo ano, expressões do movimento eclodiram em Israel, onde cerca meio milhão de manifestantes tomaram as ruas, ocupando o Boulevard de Rottschild, em Tel Aviv. Entre 15 e 17 de setembro de 2011, explode nos Estados Unidos o Movimento Occupy Wall Street (OWS), que ocupou o centro financeiro do capital onde a crise internacional se intensificara, com a crise do mercado imobiliário e do crédito *subprime*. Nas Américas, em Maio de 2011, estudantes ocupam as ruas do Chile, em defesa de uma educação pública e gratuita. Os protestos estudantis, que haviam perdido o fôlego das mobilizações em 2010, retomaram as articulações e uniram-se aos trabalhadores, em greve geral, descontentes após trinta anos de supremacia do neoliberalismo chileno.

Na segunda década do século XXI, portanto, teve início um ciclo de insurgências populares e ocupações dos espaços públicos, sem precedentes na história. Os novos atores sociais já não se articulam em torno de eventos internacionais específicos, mas passam a assumir configurações de redes transnacionais contra formas históricas de



injustiça social, desigualdades e exclusão, demandando por transformações radicais na concepção e prática do poder, nas estruturas e funções de instituições historicamente democráticas, nos sistemas políticos vigentes e nos valores dominantes. Na produção de suas lutas acabam desenvolvendo gradativamente os fundamentos de novas culturas políticas.

O questionamento da democracia liberal representativa constitui um elemento central na crítica contundente dos *occupies* à ordem estabelecida. Os movimentos transnacionais de ocupação, de fato, estão a erigir uma *Ágora* contemporânea, característica da cibercultura: articulados nas redes virtuais em direção às ruas e praças, sintetizam o sentimento de indignação ante um sistema do capital que amplia os antagonismos e assimetrias, nos marcos de uma democracia impotente face aos processos sem limites de expansão do capital. No núcleo da crítica dos “*occupies*” está o modelo liberal de democracia representativa, a corrupção da classe política, o capitalismo especulativo e a relação orgânica dominante do mercado neoliberal com o Estado e os governos, cujos interesses favorecem o capital em detrimento dos direitos humanos, do meio ambiente, das políticas e demandas sociais.

Os movimentos transnacionais de ocupação, que emergem a partir de 2011, continuam a ampliar e organizar sua luta, com horizontes políticos plurais, entre os quais se destacam três grandes vertentes: determinados grupos desejam inclusão socioeconômica, ampliação e garantia de direitos historicamente conquistados, visando maior equidade e justiça social; outros pretendem a reinvenção da democracia e da política, visando instituir uma nova ordem social; grupos de tendência neoanarquista, que atuam fortemente no movimento OWS, propugnam como a solução possível a extinção do próprio Estado ou o desenvolvimento de formas de vida social, a partir de um neoanarquismo e de práticas políticas nos interstícios do da tessitura do poder estatal.



## 2. A BASE SOCIAL DOS INDIGNADOS CONTRA O CAPITAL E AS NOVAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO CARACTERÍSTICAS DA CIBERCULTURA

A configuração social dos indignados que ocupam as cidades em uma rede global constitui, conforme Giovanni Alves (2012), um novo tipo de proletariado que se alarga, denominado de “preariado”, encarnando o crescimento da precariedade laboral, caracterizada pelo desemprego estrutural e múltiplos processos de precarização do trabalho. Adentrando na base social de tais movimentos, vê-se que estas mobilizações contemporâneas são resultantes de contradições do sistema do capital, revelando um fenômeno sociopolítico de amplitude, ao dar visibilidade a uma “nova camada social do proletariado”, o “preariado”, na abordagem teórica de Giovanni Alves (2012), ou a uma “nova classe social perigosa”, conforme defende Guy Standing (2011).

O momento de crise estrutural, na compreensão de Giovanni Alves (2012), pressupõe o desenvolvimento avançado das forças produtivas de onde emergem os indivíduos histórico mundiais - o sujeito histórico mundial em Marx - como uma multidão social (des)organizada, como uma nova camada do proletariado que, por consequência, passa a configurar uma classe híbrida de trabalhadores, não-trabalhadores proletarizados no cenário mundial, denominado de “preariado”. Pode-se relacionar o preariado, circunscrito por Giovanni Alves, ao conceito de multidão de Negri e Hardt. Alves chega a afirmar que “o preariado é a ‘multidão’ da era do capitalismo pós-moderno que incomoda as classes dominantes do Primeiro Mundo” (ALVES, 2012).

Em meio aos conflitos e movimentos da “multidão contra o império” (NEGRI; HARDT, 2005), a classe política precisa convencer a população nacional indignada – que está a pagar o alto preço social e econômico da crise -, de que a ordem mundial, em sua configuração atual, constitui a melhor saída, não apenas para as elites ou para determinados grupos sociais privilegiados, mas convencê-la de que esta é a melhor e “a única” saída para todos (HARVEY, 2011).

As formas de luta por liberdade antissistêmica da “multidão” contra o “império” do capital questionam modelos liberais de democracia representativa, buscando o alargamento do campo político. Daí resulta a relevância das concepções culturais das redes interpessoais da vida cotidiana que sustentam os movimentos transnacionais de



ocupação, as práticas e discursos das diferentes tendências que compõem o OWS e dos "indignados" europeus.

A onda de revoltas, protestos e ocupações tomou forma de um movimento global antissistêmico, articulando as potencialidades do ciberespaço e as tradições emancipatórias dos movimentos nos espaços urbanos. Por isso, não somente no Norte emergem os indignados europeus ou os "occupies" norte-americanos. Na América Latina, movimentos que já existiam antes da "primavera dos indignados" e ocupações de 2011, passam a reforçar sua luta e mobilizar militantes e ativistas, articulando multidões por meios eletrônicos a ocuparem as ruas e praças nos grandes centros urbanos latino-americanos. Dessa forma, a rede transnacional de movimentos de ocupação passa a articular-se com os "nós" locais do Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, México, Colômbia, Bolívia e Peru, principalmente a partir do dia protestos em nível mundial que ficou conhecido como 15-O World Revolution, Global Change: "Unidos por uma mudança global".

No dia 15 de outubro de 2011, o dia da mobilização global conhecido como 15-O, ganha força em várias cidades da América Latina. A ação denominada "Revolução Global", foi articulada pela rede transnacional de movimentos de ocupação. O dia mundial de protestos fez parte de uma série de ações articuladas, inspiradas pela "primavera árabe", a "geração à rasca" portuguesa, os "indignados" espanhóis, os protestos gregos e pelo Movimento Occupy Wall Street. Manifestações globais foram realizadas neste dia, em mais de 950 cidades em 82 países. A data foi escolhida para coincidir com o aniversário de cinco meses do primeiro protesto na Espanha, iniciado em 15 de maio, que conferiu o nome de 15M ao movimento dos indignados espanhóis. Assembleias gerais, as redes sociais e listas de discussão foram usadas para coordenar os eventos. Alguns protestos compareceram apenas algumas centenas em número, enquanto outros chegavam às centenas de milhares de pessoas, sendo a maior em Madrid, que atingiu meio milhão de manifestantes e o segundo maior da cidade de Barcelona, com 400 mil.

Articulados à rede global de protestos, milhares de "indignados" saíram às ruas em várias cidades do Chile e em diversos países latino-americanos e nos demais continentes. Em Santiago, onde 100.000 pessoas estavam concentradas de acordo com os organizadores, exigiu-se a elaboração de uma nova Constituição que iria substituir a atual,





produzida em 1980, durante a ditadura de Augusto Pinochet. Os manifestantes também gritaram slogans e mostraram sinais de apoio ao movimento estudantil e contra os projetos de energia que ameaçam o meio ambiente; as duas questões que pautavam a agenda política e social no Chile.

### 3. DEMOCRACIA RADICAL E PODER NA CONCEPÇÃO DOS OCCUPIES

A análise dos atores envolvidos aponta que, na disputa contemporânea pelo significado da cidadania e pelo projeto de democracia liberal, os projetos dominantes lançam mão de novos discursos individualizantes e atomizados, desenvolvem novos dispositivos de ajuste e controle social, visando introduzir novas formas de subjetivação, auto-subjetivação e disciplinamento dos corpos na forma de biopoder (FOUCAULT, 1995). Os movimentos transacionais de ocupação propõem novas formas de organização social, desenvolvendo dimensões simbólicas e práticas em espaços ainda não consolidados no âmbito das estruturas e instituições sociais e políticas contemporâneas. O questionamento dos fundamentos e da própria experiência da democracia liberal representativa no Ocidente constitui um elemento central na crítica contundente dos movimentos de ocupação à ordem estabelecida.

A cultura política implicada nas concepções de poder e democracia do "occupies", na medida em que possibilitam a compreensão da dinâmica veloz e multifacetada da vida social contemporânea, impõem às ciências sociais o desenvolvimento de abordagens teórico metodológicas capazes de iluminar a complexidade de atores sociais articulados em redes globais transnacionais, em suas múltiplas camadas e dimensões de subjetividades, estratégias, mobilizações e formas de ação coletiva.

Dentre a miríade de constelações que compõem o "céu do Occupy", a pesquisa que realizo, concentrou-se em dois grupos específicos: o 15M (os indignados espanhóis) e os Novades (grupo que compõe uma das cinco grandes tendências do Occupy Wall Street). O primeiro vem sendo objeto de estudo desde os primeiros momentos de sua formação na Espanha, em articulação com a rede global e transnacional que caracteriza o movimento;



os Novades fazem parte de um processo de pesquisa mais intenso e engajado, desde junho de 2012.

Com o tempo, o Movimento Occupy Wall Street (OWS), no processo da própria diáspora, desdobrou-se em cinco grandes tendências: *Tide*, *Pivot*, *Reclaim*, *Novad* e *Strike Debt*. Dentre tais constelações, a pesquisa desenvolveu-se mais profundamente com os Novades, que propõem a refundação do anarquismo a partir de referenciais tanto inovadores, do qual emerge o movimento, quanto tradicionais, relacionados às mais variadas fontes autorais. Os Novades vêm construindo sua identidade a partir de inspirações interdisciplinares, desde campos diversos como a filosofia, a arte, a política, a sociologia, a história, a estética, a antropologia, a biologia, a física, e outros. Para alguns Novades está sendo gestada uma escola de pensamento e uma estética revolucionária que pretende a libertação do humano dos dispositivos de dominação impostos pelos governos e pela classe política que governa em nome do capital e do "império".

Os movimentos transnacionais de ocupação, assim como determinados movimentos sociais latino-americanos que influenciaram, ou foram por aqueles influenciados, concebem a luta no sentido da redefinição do que conta como político, do próprio sistema político, das práticas econômicas, sociais e culturais, no sentido de possibilitar a ampliação e a dessedimentação de novas fronteiras do político, através da produção de conhecimento e de práticas discursivas e ações diretas, visando a ressignificações simbólicas de relações sociais típicas do capitalismo contemporâneo.

Ao buscar o alargamento do campo do político, profanam (AGAMBEN, 2009) o fetiche sagrado do capital e desestruturam a "ditadura" cultural do mercado sobre a ordem social, procurando restituir o que fora apartado do universo do político pela sedimentação institucional, redefinindo o que na cultura hegemônica se defende como sendo a esfera "autônoma" e "natural" do econômico. Daí resulta a relevância das práticas culturais e das redes interpessoais da vida cotidiana que sustentam os movimentos transnacionais de ocupação, as práticas e discursos das diferentes tendências que compõem o OWS e dos "indignados" europeus. Tais movimentos configuram vínculos interpessoais, a consolidar novas formas de consciência. Teias interorganizacionais e diferentes valores político-



culturais são criados e fortalecidos com outros movimentos, em uma multiplicidade de atores e espaços culturais e institucionais, dentro e fora das fronteiras nacionais.

As ocupações que se espalharam nas grandes cidades, em 2011, 2012 e 2013, constituem um acontecimento fundador de um novo tipo de movimento social global e esboçam características de um “novo transnacionalismo” para a ação coletiva na cibercultura. As suas pautas reivindicatórias interpelam sobre as possibilidades da reinvenção da democracia, a partir de uma nova gramática social. Com seu ciberativismo, produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta territorial “num cenário de crise social ampliada [...] eles nos ensinam que, hoje, a luta contra o capital global que desterritorializa é a luta pela territorialização ampliada, difusa, descentrada” (ALVES, 2012).

Por sua forma de atuar, os grupos que constituem o movimento desenvolvem uma política cultural (ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A, 2000) e práticas de cunho ideológico, visando à revolução da vida cotidiana. Assim, a noção de “microrrevolução” vem sendo concebida como uma forma de se transformar uma sociedade sem necessariamente “tomar” o poder instituído pelo Estado, pelos partidos ou grupos políticos ou por via eleitoral. A esfera do político, nessa perspectiva, permeia todas as relações cotidianas, as teias de significados e as formas de viver da esfera pública ou privada. Os ocupies, desse modo, buscam mudar o mundo sem tomar o poder (Hollaway, 2003).

A representação política seria uma das principais causas de exclusão, exploração, repressão e desigualdade dos sistemas políticos verticais, nos quais as corporações e redes transnacionais do capital dominam e orientam os modelos de desenvolvimento, as relações de produção, as instituições, estruturas e relações sociais que orientam o destino da democracia representativa liberal. Os *occupies* fundam suas práticas em uma nova produção e concepção estética, em seus aspectos e desdobramentos políticos, visando transformações radicais dos valores e do próprio sistema social e econômico. Sua estética subversiva está fundada na renovação do anarquismo e no *homo ludens* (HUIZINGA, 2000). Uma estética da crítica e do lúdico como condição do *self* própria da existência libertária.

A questão posta, qual esfinge de Gizé, é compreender os elementos constitutivos, a natureza e as perspectivas desses movimentos, que articulam potencialidades do espaço



virtual às tradições emancipatórias de lutas nos espaços urbanos. Assim, o que parece ser um desafio do tempo presente, impõe às ciências sócias a necessidade de interpretar a nova figura que a democracia assume, a nova figura do capitalismo e a nova figura do poder; ou, dito de outra forma, os limites da democracia, os limites do desenvolvimento capitalista e os limites da definição do poder moderno. Neste contexto tanto os movimentos que emergem no Sul, quanto os do Norte, dialogam tradições e inovações teóricas e renovam a práxis e os limites da cultura política dominante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Argos, 2009.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVES, G. **O enigma do precariado e a nova temporalidade histórica do capital**. São Paulo, 13 jul. 2012. Disponível em:  
<http://boitempoeditorial.wordpress.com/category/colunas/giovanni-alves/>. Acesso em: 25 set. 2012.

DOMINGUES, J. M. **Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos**. Editora Record, 2007.

FOUCAULT, M (1983). **O sujeito e o Poder**. In RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HARDT, M. e NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Pechanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLLOWAY, J. **Mudar o Mundo sem Tomar o Poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.



HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. 4a. ed. S: Perspectiva, 2000.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco Raul Corvejo... et al. 2 ed. rev. e ampliada São Paulo: Boitempo, 2011. 153 p. (Mundo do trabalho).

MORIN, E. *O século XXI começou em Seattle*. Le Monde, Dez., 1999.

HARDT, M; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

STANDING, Guy. *The precariat: The new dangerous class*. Hodder Arnold, 2011.